

Municípios gaúchos investem no ensino

PORTO ALEGRE — Terceiro colocado no teste de avaliação nacional do MEC — média de 48,2% — o Rio Grande do Sul ganhou esta colocação apoiado na estrutura municipal de educação. É a opinião da pesquisadora e professora de Política e Administração Educacional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Maria Beatriz Luce. "Mas não podemos esquecer que cerca de 70% dos professores das redes estadual, municipal ou privada, no 1º e 2º grau, possuem curso superior."

Ela lembra ainda que o Conselho de Secretários Municipais de Educação (Conseme), vinculado à Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), tem auxiliado na qualificação não só de professores como de administradores da área. A pesquisadora, porém, ressalta o que chama de impossibilidade de comparar o último levanta-

mento da Secretaria de Desenvolvimento, Inovação e Avaliação Educacional (Saeb) com o anterior. "No primeiro, foram avaliadas a 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do 1º grau e, agora, a 4ª e a 8ª do 1º grau e a 2ª e a 3ª do 2º grau", disse. Outro pesquisador, Alceu Ferrari, do curso de pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas, também acredita que o envolvimento dos municípios explique o desempenho gaúcho.

Um estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado no ano passado mostra que, dos 50 municípios brasileiros com menor quantidade de analfabetos, 33 são do Rio Grande do Sul. Um deles, Bom Princípio, sétimo na relação, com 0,28% de analfabetismo, mantém nove escolas, oito delas no interior, e oferece transporte escolar gratuito.

Mas a secretária estadual de Educação, Iara Wortmann, ressalta que, apesar disso, o Estado continua sendo responsável pelo número maior de matrículas. São 88 mil professores e 1,3 milhão de alunos. Suas escolas são em menor número porém maiores, abrigando 54,6% dos alunos do 1º grau.

Embora reconheça o crescimento das escolas municipais de 1º grau, ela assinala que o governo estadual aplica 35% de suas receitas líquidas de impostos em educação, enquanto a Constituição Federal recomenda 25%. E recorda a boa integração de Estado e municípios como outro dado que ajuda a esclarecer os bons índices gaúchos. A secretária admite que os salários dos professores ainda são muito baixos. No Estado, um professor de nível 1, com 20 horas, ganha R\$ 128,44, mais um abono de R\$ 44,54 sobre o básico.